



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. Sorbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjstj.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0008990-77.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Reimec Artefatos de Selaria Ltda Me**
 Embargado: **Itaú Unibanco Sa**

REIMEC ARTEFATOS DE SELARIA ME. LTDA., LUCIANA SOARES GUATURA e BRUNO MALDONADO MOREIRA opuseram embargos à execução que lhes move **ITAÚ UNIBANCO S. A.**, alegando, em síntese, ilegalidade da acumulação de encargos moratórios, limitando-se a comissão de permanência à taxa média de juros e o afastamento dos juros moratórios e multa.

O embargado refutou tal tese, afirmando expressamente a inexistência de cobrança de comissão de permanência.

Manifestaram-se os embargantes.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Não há discussão a respeito da existência da dívida ou da executividade da cédula de crédito bancário.

Insurgem-se os embargantes apenas contra a incidência cumulada de comissão de permanência, juros moratórios e multa moratória.

O embargado negou expressamente a existência de tal cumulação (v. fls. 71).

De fato, não há cobrança de comissão de permanência, o que esvazia os embargos.

A planilha de cálculo de fls. 43 mostra incidência apenas de correção monetária e juros moratórios.

O exame da petição inicial da execução também confirma a **inexistência de pedido de comissão de permanência**. Pede-se a incidência apenas dos juros remuneratórios contratuais, correção monetária, juros moratórios e multa (v. fls. 24).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, **rejeito os embargos** e condeno os embargantes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono do embargado, fixados por equidade em R\$ 2.000,00.

P.R.I.C.

São Carlos, 29 de janeiro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**